



# Anais da Assembléia

N.º 39

CURITIBA, TERÇA-FEIRA EM 14 DE MAIO DE 1985.

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1985

TERÇA-FEIRA )

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Antonio Belinati.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antonio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Airton Cordeiro, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Tadeu França e Tércio Albuquerque (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Para efeito de registro, venho ratificar o pronunciamento feito pessoalmente pelo nobre Deputado Gabriel Manoel, na tribuna do Plenário desta Casa. Informo a Vossa Excelência que o mesmo passou a integrar a bancada do Partido da Frente Liberal.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as minhas,

Cordiais Saudações.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Líder do P.F.L.

### Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 25/85, que versa sobre o Conselho Paranaense de Turismo - CEPATUR, objeto da Mensagem Governamental n.º 65/85.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, com base no Regimento Interno, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 348/84, que declara de Utilidade Pública o "Grande Oriente do Paraná".

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, votação em Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n.º 019/85.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ FERNANDO VIDAL, filho de tradicional família lapaana.

Solicitamos seja enviado expediente à família do falecido, através da Prefeitura Municipal da Lapa.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seu afastamento, por determinação médica, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Laudo Médico em anexo.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE LAUDO MÉDICO N.º 11/85

Aos quatorze dias de maio de 1985, a Junta Médica infra assinada, tendo procedido a inspeção de saúde em DIRCEU F. MANFRINATO, Deputado deste Poder, concluiu achar-se o mesmo com 308.8 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessi-

tando de 15 (quinze) dias de licença, para tratamento, a partir de 14.05.85.

(aa) MÉDICO CHEFE DA JUNTA  
MEMBRO  
MEMBRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações à Presidência da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, pelo transcurso do seu 20.º aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

O envio do requerido vem cumprir a finalidade de parabenizar a COHAPAR pelos excelentes serviços prestados no campo habitacional, com evidente demonstração de uma nova visão social adequada ao Governo José Richa, evidenciada através de, entre outros fatos, seu Projeto Mutirão, em que despertou o interesse e a participação comunitária, já tendo alcançado a marca invejável de 4.000 habitações construídas, só neste período de Governo, cabendo-lhe, portanto, esta justa homenagem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos Trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Dr. José Carlos Campos Hidalgo, aos demais diretores e funcionários do Banco do Estado do Paraná S/A, pelo extraordinário sucesso da Poupança BANESTADO, que acaba de atingir um trilhão de cruzeiros, para 1 milhão de aplicadores.

Creio que todos os paranaenses estão orgulhosos pelo avanço do BANESTADO, crescimento que espelha bem a visão de sua atual diretoria, num trabalho que tem contado com a ativa participação dos funcionários desse conglomerado.

Não poderia haver notícia mais auspiciosa do que essa sobre a realidade do BANESTADO, fato que é digno de reconhecimento e de louvor desta Assembléia Legislativa, que não pode ficar alheia a tão notável conquista.

Requeiro ainda, que a decisão do Plenário desta Casa de Leis, seja comunicada ao Dr. José Carlos Campos Hidalgo.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de felicitações à Associação Brasileira de Enfermagem, pela realização da I Jornada Curitibana de Enfermagem.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

A Semana da Enfermagem não poderia ser melhor comemorada do que com a realização de uma Jornada, onde estes profissionais estarão discutindo suas dificuldades como categoria e debatendo problemas específicos da área de saúde.

A I Jornada Curitibana de Enfermagem, sendo realizada durante esta semana, promoção da Associação Brasileira de Enfermagem — ABEM, traz como objetivos não só a comemoração do seu dia, mas um espaço para se buscar soluções e viabilidades aos seus anseios enquanto trabalhadores. Embora haja enorme necessidade de profissionais no mercado, o maior problema enfrentado é onde trabalhar, visto que são substituídos por profissionais não qualificados para diminuir os custos hospitalares.

Cerca de 80 por cento dos serviços de enfermagem do Paraná é feito por pessoas não qualificadas, como prejuízo para o atendimento médico e até riscos para a vida dos pacientes. Tudo isso deixa transparecer que a saúde da população brasileira foi relegada a uma política errônea voltada principalmente aos interesses das indústrias multinacionais farmacêuticas do que a valorização do profissional de saúde, valores que na discussão vão sendo resgatados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTONIO FONSECA, ao final assinado, no desempenho de suas atribuições mandatárias, nos termos do R.I. da Casa, REQUER de Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, a consignação em ata, de voto de regozijo e congratulações ao Jornal "O PARANÁ", de Cascavel, pelo transcurso, nesta data, do seu nono aniversário com os cumprimentos desta Assembléia Legislativa a toda a sua equipe de trabalhos, editorial, publicitário e gráfico, dando-se ciência ao mesmo, deste ato.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) JOSÉ ANTONIO FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

1. As várias transcrições nos Anais desta Casa, de matérias editoriais do jornal "O PARANÁ", dispensa argumentos justificadores do presente requerimento. Porque, essas transcrições, já constituíram nos Anais deste Poder Legislativo, o jornal "O PARANÁ", como TESTEMUNHA OCULAR DA HISTÓRIA DO PARANÁ E DO BRASIL.

E, por isto, só nos resta homenageá-lo, ratificando assim o reconhecimento e o respeito que perdura no povo paranaense, por ele.

2. Mas, não é muito salientar ainda, que a IMPRENSA É O ALTAR do sacerdócio político dos povos livres. E o Jornal "O PARANÁ", pela sua qualidade editorial e noticiosa, tem sabido santificá-lo, com sua grandeza jornalística.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no art. 134, § 1º, inciso VI do Regimento Interno, o Deputado Infra-assinado, REQUER que, após ouvido o Plenário, conste da ata da sessão de hoje, um voto de louvor ao Prefeito Municipal OTTO CUNHA, e à Secretária Municipal de Educação, Professora FRANCISCA MALUF, pela realização dos I Jogos Estudantis Municipais, em Ponta Grossa, onde, além da disputa, o objetivo maior é inculcar na criança o gosto pela prática desportiva, voltado ao

desenvolvimento físico e mental.

A referida competição é promovida pela Administração OTTO CUNHA, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Departamento de Esportes e Recreação Orientada – DERO.

Terá a representação de quase todos os bairros de Ponta Grossa, com a participação de 53 escolas – entre Municipais, Estaduais e Particulares, com a disputa de aproximadamente 2.500 alunos.

O desfile de abertura será no próximo dia 18, às 14:00 horas, no Ginásio de Esportes Oscar Pereira, em Ponta Grossa.

Requeiro que cópia do presente expediente, seja encaminhada ao Prefeito Otto Cunha e a Professora Francisca Maluf.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER consignação de voto de louvor ao Prefeito de Morretes, ORLANDO CONFORTO, e aos produtores agrícolas Carlos Alberto Gnatta, Galdino Miguel Fiorezi, Pedro Carolo e Antônio Petenuso.

#### JUSTIFICATIVA:

Domingo tivemos a honra de participar da II Festa-Feira Agrícola e Artesanal de Morretes, oportunidade em que constatamos o incentivo que a Prefeitura de Morretes, aliada aos produtores rurais, está dando para a agricultura no Litoral paranaense. Todos sabemos que o maior entrave para o desenvolvimento agrícola da região era a falta de assistência técnica e a nefasta ação dos atravessadores.

Hoje, com o incentivo da Prefeitura, podemos constatar a evolução nesse setor e citamos o exemplo do agricultor Carlos Alberto Gnatta Filho, que administra 180 alqueires de terra, sem utilizar qualquer tipo de agrotóxicos ou produtos químicos. Ao mesmo tempo em que os produtores aumentam a produtividade, ainda é necessário alertar para uma política mais coerente na fixação de preços para evitar a danosa ação dos atravessadores e garantir um mercado estável para os agricultores litorâneos.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no art. 134, § 1.º, inciso VI do Regimento Interno, o Deputado abaixo-assinado, REQUER que, após ouvido o Plenário, conste da ata da sessão de hoje, um voto de louvor ao fotógrafo CLEON COSTA, de Ponta Grossa.

Dedicando-se à arte de fotografar deste a tenra idade de 10 anos, o jovem pontagrossense, hoje com 25 anos, tem se aprimorado profissionalmente, identificando-se sobremaneira nos motivos espontâneos, captando, com sua câmara e criticidade, momentos ímpares, buscando registrar cores e movimentos da natureza e aspectos da vida social em flagrantes desapercibidos por observadores menos atentos.

Dentro desse alvo, em busca do retrato da realidade Cleon Costa tem alcançado destaque em promoções e concursos, como, por exemplo, sua participação no SOS – Serviço de Obras Sociais de Ponta Grossa, em que o jovem fotógrafo teve sua criação “menino de rua” como tema da

campanha intitulada “Omissão ... Essa é a última coisa que o menor de rua espera de você”, em cuja foto aparece uma criança dormindo no chão, coberta por escombros de madeira.

Recentemente, também, o profissional pontagrossense recebeu “Menção Honrosa”, prêmio de âmbito nacional, pelo trabalho apresentado no II Concurso Fotográfico sobre Aleitamento Materno, promovido pelo Departamento de Assistência Materno-Infantil e Nutrição, da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Destaque-se que este concurso reuniu fotógrafos amadores e profissionais de todo o País, e Cleon Costa foi o único paranaense a receber distinção.

Assim sendo, o jovem fotógrafo pontagrossense, pelo seu talento e senso profissional, digno é de receber nossas efusivas homenagens.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada a Cleon Costa.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de moção de apoio à Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná e Associação Profissional de Bancários do Estado do Paraná, pela realização do II Encontro Nacional dos Funcionários do BANESTADO, nos dias 18 a 19/05/85, no Instituto Filadélfia, na cidade de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Na medida em que vemos dia a dia o aumento da organização dos trabalhadores nas diversas áreas da produção como forma de garantir suas reivindicações, de maneira idêntica agem os funcionários do BANESTADO quando em um evento nacional, discutirão temas de vital importância para a categoria, como:

1. Garantia profissional
2. Gratificação semestral
3. Salários e jornada de trabalho
4. Organização sindical dentro da empresa.

Assim sendo, nós como representantes da sociedade no Parlamento, vemos com muita simpatia a realização deste evento, pois são os bancários importantes agentes na prestação de serviços à comunidade e, uma categoria que vem sofrendo no seu dia-a-dia, a desvalorização salarial e os erros dos banqueiros que, agindo em nome próprio, levaram instituições financeiras à falência, deixando à margem milhares de bancários.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja encaminhada proposta ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Armando Jorge de Oliveira Carneiro, no sentido de que a localidade de Lindoeste, Município de Cascavel, seja elevada à condição de Distrito Judiciário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) NILSO SQUAREZI

**JUSTIFICATIVA:**

O crescente progresso do Oeste paranaense determinou o surgimento de comunidades novas e populosas, dentre as quais Lindoeste, no Município de Cascavel.

Com o passar do tempo, essas novas localidades vão reclamando maior estrutura administrativa, o que consolidará o seu progresso e fixará sua laboriosa população que não terá de percorrer longas distâncias para a obtenção de documentos necessários às suas atividades comerciais e civis.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. José Richa, bem como a Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando que, na forma do estabelecido, através do Decreto-Lei número 4950-A, o Estado remunere, a partir do piso do salário mínimo profissional, os Médicos Veterinários que prestam serviço em Colégios Agrícolas e em outros Órgãos do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

Em 22 de abril de 1966, pela Lei Federal número 4950-A, (D.O.U. de 29.04.66), ficou estabelecido o salário mínimo fixado para o profissional da área de Medicina Veterinária. Este salário equivale a uma jornada diária de trabalho de seis horas e o excedente é remunerado com o acréscimo de 25 por cento.

A Medicina Veterinária constitui uma atividade insalubre, de tal forma que o ambiente de trabalho é a determinante do grau de insalubridade conseqüente.

Conhecemos a aplicação desta renomada lei junto às empresas de iniciativa privada e, sabemos igualmente, que o Estado, como promulgador da Lei, deveria cumpri-la integralmente.

A Lei número 4950-A, é uma conquista dos profissionais que atuam na área da Medicina Veterinária e, assim sendo, é justo que sejam por ela beneficiados.

Pelas razões expostas, aguardamos que o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. José Richa, e a Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures concedam remunerações condizentes a partir do salário mínimo profissional, aos Médicos Veterinários que prestam serviços em Colégios Agrícolas, e em outros órgãos do Estado.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando a construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Jacutinga, na divisa dos Municípios de Cândido de Abreu e Grandes Rios, numa extensão de vinte metros por quatro de altura.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Jacutinga, na divisa dos Municípios de Cândido de Abreu e Grandes Rios, virá, indubitavelmente, contribuir para melhorar o sistema viário de uma região agrícola, cujos moradores, em sua maioria, é constituída de proprietários de pequenas propriedades rurais, que precisam percorrer, desnecessariamente, grandes distâncias para chegarem ao destino. A construção de uma ponte virá, pois, beneficiar aproximadamente oitenta (80) famílias residentes naquela área.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Marco Maciel, Ministro da Educação, solicitando urgentes providências com vistas ao atendimento das reivindicações dos alunos do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

**JUSTIFICATIVA:**

Estudantes e professores do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, através do Centro Acadêmico de Estudos Biológicos (C.A.E.B.), realizaram eleições diretas para o cargo de Coordenador do Curso, cargo este de extrema importância, porque dele depende toda estrutura do curso.

Dessa eleição, resultou uma lista tríplice que foi apresentada ao conselho setorial com pedido de homologação, o que não ocorreu. O conselho setorial não respeitando os anseios da comunidade, formulou nova lista enviando-a ao reitor, para que este fizesse a escolha do coordenador, mostrando de sua parte uma posição extremamente autoritária.

Considerando a grande importância de uma Coordenação compromissada com os interesses dos estudantes, tendo em vista a melhoria da formação acadêmica e profissional do futuro biólogo, solicitamos ao Sr. Ministro que preste seu imprescindível e decisivo apoio às reivindicações dos estudantes de Biologia da Universidade Federal do Paraná.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, solicitando a sustação dos efeitos da Portaria n.º 248/84, de 09 de agosto de 1984, em atendimento às legítimas reivindicações dos setores interessados, até que estudos conclusivos se façam para apurar de sua correção ou não.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

**JUSTIFICATIVA:**

Em virtude de Portaria n.º 248, de 09.08.84, do Ministério da Agricultura, os produtores de sardinhas - assim como de todos os outros peixes - são obrigados a retirar-lhes as vísceras antes da comercialização final.

Isto deve ser feito em obediência ao artigo 448, do Decreto n.º 1.255/62, o qual tem em mira evitar seja o consumidor prejudicado por substâncias tóxicas que possam haver se acumulado nos órgãos do peixe, em virtude de sua alimentação.

A sardinha, no entanto, assim como outros peixes pequenos, comprovadamente não apresenta qualquer possibilidade de que aquilo venha a ocorrer, tendo em vista alimentar-se, ela, exclusivamente de plancton.

De fato, no Brasil como no resto do mundo, a sardinha curada sempre foi elaborada a partir do peixe inteiro, e consumido em larga escala sem que se tenha conhecimento de qualquer acidente com o consumidor.

Nas diversas indústrias dos Estados produtores de sardinha curada, o Serviço de Inspeção Federal freqüentemente colhe amostras do produto para serem analisadas em seus próprios laboratórios, e os resultados jamais revelaram qualquer impropriedade para o consumo humano, independentemente de viscação.

Também, a SUDEPE, no ano de 1979, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, elaborou um detalhado estudo, no qual chega-se à conclusão de que a sardinha curada, com ou sem vísceras, é absolutamente própria para o consumo humano.

Ademais, o item "b" do parágrafo V, do artigo 1.º, da Portaria n.º 248, mencionada, permite que o excedente da capacidade de viscação das indústrias seja salgado inteiro. Ora, se este excedente está apto a ser consumido, forçoso é perguntar-se o porquê de não estar também o restante.

Tudo isto se argumenta tendo em vista que a exigência de viscação da sardinha acarreta uma sensível queda da produção nas indústrias, elevando, de consequência, o custo de um produto que se destina à população mais carente. Além do mais, obriga as indústrias a investimentos suplementares, impensáveis na atual conjuntura.

Normalmente é nos dias de pico da produção de sardinha que as indústrias de curados se abastecem da matéria-prima a preços menores, podendo produzir o alimento a custo mais baixo. Somente com a salga do produto inteiro é que terão capacidade de absorver as grandes quantidades produzidas pelos barcos pesqueiros, evitando que este nobre produto acabe por se transferir em farinha para adubo, os mesmos, alimentação animal.

Vê-se, por conseguinte, o quanto os dispositivos em cheque estão proporcionando de prejuízos aos produtores, consumidores, e, em decorrência, a toda a sociedade brasileira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, doutor Affonso Alves de Camargo Netto, pedindo a agilização das obras, já iniciadas, de construção da ponte sobre o Rio Paraná, ligando a Cidade de Guaíra, neste Estado, ao Sul do Mato Grosso do Sul e o Paraguai.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

A conclusão urgente das obras de construção da ponte mencionada vem atender aos reclamos de uma enorme população localizada na região, que hoje, se vale do transporte de balsas para a travessia do Rio Paraná, naquele trecho. O intercâmbio comercial entre as regiões envolvidas, hoje, muito forte e sempre crescente, será estimulado na medida em que toda a produção agrícola e industrial puder ser deslocada com

maior rapidez e eficiência, no sentido, principalmente do Porto de Paranaguá. Aduza-se, ainda, que a construção projetada da Ferrovia da Soja será um elo a mais a promover maior eficácia no relacionamento comercial paranaense com o Sul do Mato Grosso e na região paraguaia, onde se concentra a maior comunidade brasileira de trabalhadores e produtores em terras guaranis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando que, dentro da proposta do novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, seja elevado da categoria de Distrito Administrativo para Distrito Judiciário o Distrito de São João, pertencente à Comarca de Cascavel.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja enviado ao Ministro das Minas e Energia, o seguinte pedido de informação a ser respondido pela ELETROSUL, vazado nos seguintes termos:

a) - Qual o destino dado às edificações e construções realizadas nos canteiros de obras das usinas construídas pela ELETROSUL, foram demolidas, vendidas, doadas ou emprestadas?

b) - Em que consistiam exatamente estas edificações, se estruturas metálicas ou de madeira, se coberturas galvanizadas ou telhas, aberturas ou madeirame, enfim a espécie, do material e seu estado de conservação e aproveitamento?

c) - No caso de venda, doação ou empréstimo, a relação das pessoas físicas ou jurídicas que o receberam, bem como, seu endereço, a quantidade com as necessárias especificações do material entregue, a data, local da entrega e por quem foi recebido.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) NILSO SQUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Temos notícias que a ELETROSUL, vem doando as estruturas e material de construção dos canteiros de obras das usinas construídas aqui no Paraná.

Como empresa estatal, este é um procedimento atípico, dependendo de quem recebeu este material.

A informação visa defender o interesse público do Paraná e principalmente acompanhar o destino da coisa pública manipulada pela ELETROSUL, bem como os critérios adotados, neste setor.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial de 1.ª página da edição do dia

14 de maio do corrente ano, intitulado "Quem mais olha menos vê", de autoria do jornalista Roberto Barrozo Filho, e que se dê ciência dos termos deste requerimento ao referido jornalista, diretor do "Jornal do Estado".

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 73/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Município de ROSÁRIO, desmembrado do Município de Grandes Rios, com sede na localidade do mesmo nome e, com as seguintes divisas e confrontações:

Começa na foz do Ribeirão da Catinga, no Rio Alonzo ou Rio do Peixe, divisa com o Município de Grandes Rios. Desse ponto, segue o referido acima, acompanhando a sua margem esquerda, confrontando com os municípios de Ortigueira e Reserva, até a foz do Córrego Botocudos; daí, sobe pelo referido córrego, confrontando com o Município de Reserva; voltando daí à direita, segue por uma linha seca, rumo à nascente do Rio do Tigre, atingindo o córrego Gamelão, confronta, nesta linha, com o Município de Cândido de Abreu; daí voltando à direita, segue córrego abaixo, acompanhando a sua margem direita até a desembocadura do Rio Branco; e, por este abaixo até a foz do Ribeirão Catanduvas, confrontando com o Município de Grandes Rios; daí, voltando à direita, subindo pelo referido ribeirão, até a foz do córrego Piracanjuba, e por este acima, até a foz da Água do Gomes, pelo qual sobe até a sua nascente, sempre confrontando com o Município de Grandes Rios; daí, segue conservando a mesma confrontação, pela divisa que separa os lotes n.º 13 e 14 da Gleba Ribeirão Bonito, 9ª seção, no rumo magnético 39º42'NE, com a distância de 318,00 metros; voltando daí à esquerda, segue pelo levantamento do Espigão Mestre "Rio Branco - Rio Alonzo" numa distância de 5.162,00 metros, atingindo a divisa dos lotes n.º 46 e 89-A, da Gleba Ribeirão Bonito 4ª seção; daí, voltando à esquerda, segue pela referida divisa no rumo magnético 75º25'SW, com a distância de 95,00 metros, atingindo a nascente do Ribeirão Água das Antas; daí, por este abaixo, acompanhando a sua margem direita, atingindo a divisa que separa os lotes n.º 97-A e 97, da Gleba Ribeirão Bonito, 1ª seção; voltando daí à direita, segue por esta divisa no rumo 84º40'NE, com a distância de 283,00 metros, atingindo a nascente do Ribeirão da Catinga; voltando daí à esquerda, segue ribeirão abaixo, acompanhando a sua margem direita, indo, assim, atingir o ponto de partida.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

PROJETO DE LEI Nº 74/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Senhora MARLY MACIEIRA SARNEY.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiamento:

Anibal Khury, Caíto Quintana, Ivan Gubert, Djalma de Almeida César e Eduardo Baggio.

JUSTIFICATIVA:

Marly Macieira Sarney, maranhense, nascida em dezembro de 33, primeira dama deste País, é uma mulher de personalidade forte e opiniões próprias, que não abre mão do convívio com os familiares e que a todos trata afavelmente e sem nenhuma distinção.

Casada há 33 anos, com o Dr. José Sarney, mãe de Roseane, Sarney Filho e Fernando. Avó de Rafaela, Sarney Neto, Ana Clara, Maria Adriana.

Dona Marly é o que se pode dizer de uma "Matriarca Nordestina", sempre presente aos filhos com conselhos, ajudas e, por vezes, críticas.

Os amigos da família ressaltam a solidariedade e a lealdade como atributos desta mulher que foi alçada inesperadamente à condição de primeira dama de um País que busca com toda veemência se encontrar como Nação.

Pessoa discreta, nunca mudou, a despeito das mudanças que se efetuaram desde julho de 1952, quando se tornou Senhora Sarney; o apreço pelos simples e humildes faz com que, desde sempre, sejam recebidos em São Luiz, na Praia do Calhau, um compadre de Pinheiros, um cabo eleitoral de Açailândia ou ainda uma figura de proeminência da Nova República.

A casa dos Sarney esta sempre cheia, em qualquer hora do dia, o que não impede que todos sejam recebidos pela dona da casa com sensibilidade e diplomacia.

Desde a primeira campanha de José Sarney à Câmara Federal, em 1954, que Dona Marly se ocupa em organizar comitês, comissões, participar de comícios e prestar assistência social às pessoas carentes, a ponto de ter popularidade bem próxima a do esposo a ponto de, no natal de 65, anunciarem no Bairro de Anjo da Guarda: "Agora falará o marido de Dona Marly".

Quando a primeira dama do seu Maranhão, sempre priorizou o social. De certa feita, havia três opções: Campo de Futebol. Chafariz e Colégio. Feito o plebiscito, a população neredictou - Campo de Futebol; ela, a despeito do acontecido, proclamou: "Venceu, pela maioria esmagadora de votos, a construção do campo de futebol. Mas, quero anunciar que construirei, em primeiro lugar, o colégio". E assim aconteceu.

Sob o episódio da votação da Emenda Dante de Oliveira, disse: "Cada um deve votar como bem entender. E o Zequinha tem o direito de buscar sua identidade política", referindo-se à liberdade de opção de seu filho, Deputado Sarney Filho.

De formação essencialmente humanística, cursou o pedagógico e traz a cultura de Atenas Brasileira. Expressa-se em Francês, cultivando a leitura, gosta de passeios, ginástica e família reunida.

No Maranhão existem ruas, bairros e colégios que levam o seu nome, como reconhecimento por suas inúmeras realizações.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Londrina vai sediar, nos próximos dias 18 e 19, sábado e domingo, o Encontro Nacional de Funcionários do Banco do Estado do Paraná S/A, que deverá reunir mais de 1.000 bancários. Até hoje, nós tínhamos 876 inscrições, representando, este local, mais de 10 por cento do Quadro de funcionários do BANESTADO de todo o País.

Segundo o Presidente da Federação dos Bancários do Paraná, Roberto Pinto Ribeiro, o Encontro será a maior concentração de funcionários de um Banco estatal, dos últimos anos, o que revela o alto interesse, a disposição e a vontade de participação dos bancários. O Encontro representa o avanço da classe bancária do Paraná, principalmente quando, um Banco estatal promove, através de suas associações de classe, Encontros dessa natureza, com o objetivo de fortalecer a classe e conseguir maiores e melhores condições de trabalho. Os bancários têm uma atividade bastante intensa, e o trabalho é de altíssima responsabilidade — para se ter uma idéia — os bancos, na verdade são uma verdadeira fábrica de neuróticos, os bancários precisam, realmente, de uma atenção especial dos banqueiros brasileiros.

Importantes assuntos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deverão ser discutidos nesse Encontro, em Londrina, entre eles a análise do projeto de reestruturação do quadro de carreira proposto pelo BANESTADO; hoje, 2.400 funcionários ganham salários na faixa de Cr\$ 500.000 mensais; serão discutidos ainda, a estabilidade do quadro de carreira, complementação da aposentadoria, concurso público para ingresso no banco, licença-prêmio, gratificação semestral, direitos adquiridos, critérios para pagamentos de reposição. E a implantação da trimestralidade, será um dos pontos fundamentais do Encontro, ao lado da proposição de participação dos funcionários na escolha da diretoria do banco. Lembram os bancários do BANESTADO, que, o BANESPA, — Banco do Estado de São Paulo, elegeram seus Diretores, pelo voto direto dos funcionários, o que poderá ocorrer aqui também no Paraná.

Portanto, nós queremos louvar essa manifestação dos funcionários do BANESTADO de todo o Brasil promovendo esse Encontro Nacional, sábado e domingo, dias 18 e 19, na cidade de Londrina, quando assuntos importantíssimos no que se refere à categoria, estarão na pauta de discussões, ao longo dos dois dias, na cidade de Londrina.

Esperamos a sensibilidade do Presidente do Conglo Conglomerado BANESTADO no atendimento de reivindicações justíssimas, dos funcionários do Banco do Estado do Paraná, uma vez que o BANESTADO alardeia para os “4 cantos,” através da imprensa, de que atingiu 1 trilhão, em depósitos de Caderneta de Poupança; então, que se reverta um mínimo, em favor dos funcionários dessa organização.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 11 último, com grande satisfação estive, às 17 horas, na Praça do Correio da cidade de Maringá, para a inauguração de um monumento à Lei de Deus.

O significativo acontecimento contou com a presença

de diversas autoridades civis e eclesiásticas, dentre as quais o Sr. Prefeito Municipal de Maringá, Dr. Said Ferreira, que enalteceu a importância dos Mandamentos Divinos, em seu pronunciamento; o Coral de Beethoven, do Instituto Adventista Paranaense regido pelo Professor Dario Pires de Araújo, brindou os presentes, com inspiradoras mensagens, e o Pastor Henrique Berg, Secretário da União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do 7.º Dia, fez um abalizado pronunciamento, no qual lembrou ser, a Lei de Deus, a base dos códigos de todo o mundo, e enfatizou que, os primeiros quatro Mandamentos relacionam-se com a prestação devida pelo homem, a Deus, e, os outros seis, fazem-se necessários para a normal estruturação da sociedade.

O Pastor David Morós, Presidente da Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7.º Dia, e o Pastor Edison Paiva elevaram suas vozes em preces de dedicação ao Todo-Poderoso.

O monumento inaugurado, resultou da participação da Prefeitura Municipal de Maringá, da Marmoeira Marin, e dos Jovens Adventistas do 7.º Dia. Será mais um testemunho, ao que vai ao Correio, do grande interesse de Deus pelo bem-estar da humanidade; ao que seguir por alguns metros, à Prefeitura, ser, Deus, a Suprema Autoridade do Universo cabendo a Ele, toda honra e glória; ao que se dirigir à Biblioteca Municipal, situada em frente, “estar em Deus a fonte da sabedoria” Oxalá outros Prefeitos Municipais incluam em seus planos construções semelhantes, para que muitos possam lembrar das eternas normas traçadas pelo Criador.

Certamente muitos serão os benefícios para a coletividade e para a própria Administração.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Antônio Belinati, inscrito.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso Plenário, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Vereador Horácio Rodrigues e do Vereador Aziz Domingues.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já dizia o saudoso Secretário da Saúde do Paraná, Dr. Arnaldo Busato que “coma saúde do povo não se brinca”.

Infelizmente, o Governo do Paraná, através da Secretaria de Saúde não está levando em conta, não está seguindo a lição e o exemplo deixados por Arnaldo Busato.

A informação que chega, é que a Saza Lattes deve estar encerrando nesta semana, as suas atividades, fechando suas portas em Curitiba, por falta de compreensão da Secretaria de Saúde, por falta de um convênio para continuar dando atendimento às gestantes, às crianças, aos doentes pobres de famílias de assalariados, de desempregados, de pessoas que tem há mais de 30 anos, buscado o atendimento na Saza Lattes e ali sempre foram atendidos com amor, carinho e com respeito.

Mas, infelizmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo do Paraná, o Governo de José Richa que investe tanto dinheiro em publicidade, não está compreendendo que esta instituição Saza Lattes, não pode paralisar suas atividades, porque o prejudicado vai ser o pobre que tinha pelo menos, a solidariedade, a fraternidade dessa importante instituição.

Outro assunto é sobre o Governo da Nova República que vai muito bem, mas muito bem mesmo, em termos de dinheiro.



Este é o jornal "O Estado de São Paulo" de hoje que traz "O lucro do nosso Banco do Brasil, o maior Banco do nosso País".

Nos primeiros quatro meses do ano, atingindo portanto uma parte do Governo da Nova República, o Banco do Brasil registrou um lucro contábil, — pasmem Senhores Deputados —, o Banco do Brasil em apenas quatro meses teve um lucro de dezesseis vezes maior que o lucro verificado nos quatro primeiros meses do ano passado, ou seja, de janeiro a abril de 1.984, na Velha República, que tantos erros praticou nesse País, principalmente no Governo do Presidente Figueiredo, mesmo assim o Banco do Brasil tinha cento e cinquenta e oito bilhões e trezentos milhões de cruzeiros em caixa, e agora no Governo da Nova República, de janeiro a abril de 1.985, atingindo portanto uma boa parte do Governo da Nova República, o Banco do Brasil está em caixa, com dois trilhões, quinhentos e noventa bilhões de cruzeiros.

As receitas globais cresceram quase cinco vezes e as despesas 3,5 por cento. Esse crescimento do lucro ocorreu com contenção dos empréstimos.

Então, vejam os Senhores, numa hora em que o povo está desesperado, aflito, atrás de dinheiro, quando consegue emprestar do Banco do Brasil, esse Banco age como um agiota, um agiota oficial da República, e a sua Diretoria ainda vem se orgulhar, na hora da miséria, em que tem até brasileiros se suicidando porque não podem pagar a sua dívida, tem gente falindo concordata, tem gente que perde o sítio, a chácara, a fazenda, porque emprestou dinheiro do Banco do Brasil e não pode pagar. E esse Banco não perdoa ninguém! Vem a sua diretoria com todo orgulho dizer que o Banco vai indo muito bem, só se esqueceu de dizer que o Banco do Brasil vai indo muito bem, sim, aumentou seu lucro dezesseis vezes mais que os quatro primeiros meses do ano passado. Mas, foi um aumento desumano, injusto, à custa da desgraça, à custa da miséria do nosso povo, do empresário, do pai de família que vai ao Banco e tem que se humilhar para emprestar um dinheiro, pagando um juro alto, um juro que o leva ao grande sacrifício.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Odeni Mongrue, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa a partir desta semana, passa a conhecer e discutir a proposta do Governo do Estado, quanto ao tratamento diferenciado a ser dispensado à microempresa: no campo tributário, através da apreciação do Projeto de Lei que já se encontra na CCJ.

O Projeto em questão, tem por objetivo, adequar a nível estadual, o Estatuto da microempresas, consagrado pela Lei Federal nº 7256 e pela Lei Complementar nº 48 de 10/12/84. O Estatuto à Microempresa, estabelece as normas federais, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, no campos administrativos, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. Garante, pois, os benefícios de crédito e as isenções fiscais, além de aliviar, consideravelmente, o peso burocrático, com o propósito de facilitar-lhe a organização e o funcionamento.

Busca, o Governo federal, com isso, alcançar através da microempresa, metas sociais desejáveis, ensejando a maior absorção de mão-de-obra e a retomada do crescimento econômico no setor.

Quanto à isenção do ICM e do ISS, estabelece que

serão definidos em nível administrativo de competência, conforme as características econômicas, regionais ou locais, atendendo a participação efetiva dessas empresas na arrecadação dos tributos estaduais ou municipais.

Para tanto, fixa o prazo de 180 dias, contado da vigência da Lei Complementar, o que consagra a data de 9 de junho próximo vindouro, para que as referidas providências sejam adotadas nos planos estadual e municipal. Segundo a Associação de Microempresas do Paraná, a prevalecer os parâmetros da Lei Federal — 10 mil ORTNS —, e que já foram adotados por outros Estados, ficará abrigado o interesse do universo de microempresas paranaenses, estimado em cerca de 85 mil, não atingindo o valor limite de 5 por cento da receita prevista para arrecadação do ICM no Estado.

É importante, portanto, que ao analisarmos a proposta do Governo do Estado, não nos fixemos com rigor excessivo nos aspectos tributários. Já que, em muitos casos, o custo da arrecadação de impostos das microempresas é muito maior que o valor arrecadado.

Assim, a atenção aos aspectos de ordem social que prevalece na iniciativa do plano federal, deve ser seguida também por este Poder Legislativo.

O rigor tributário não pode chegar ao extremo de não contemplar, a Microempresa, que pelas suas características e dimensões, tenham sido beneficiadas em outros Estados, ou deixar de atendê-las, por desenvolverem atividades no setor agrícola, face às condições da economia paranaense.

O Ministro Paulo Lustosa, quando de sua recente visita a Curitiba, salientou que, o Estatuto da Microempresas é uma das principais conquistas do Programa Nacional de Desburocratização. "Cumpra-nos defendê-lo e ampliá-lo, esclarecendo o seu significado e vencendo as últimas resistências e sua consolidação," diz o Ministro.

Alertou o Ministro da Nova República, para algum desinteresse por parte dos Governos Estaduais e Municipais e certa resistência por parte de órgãos e empresas supostamente afetadas pelo Estatuto em questão.

De certo, este, não é o caso do Governo do Estado do Paraná, e nem a disposição da Assembléia Legislativa, em criar dificuldades quanto ao espectro desejável à caracterização da microempresa, paranaense.

Desta forma, é de se esperar que, o Estatuto Estadual da Microempresa, corresponda amplamente às expectativas, acolhendo pois, as sugestões de emendas apresentadas pela classe empresarial do setor.

Este, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o nosso ponto de vista e pretendemos que assim o seja por parte desta Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste instante, para registrar o 20º aniversário da COHAPAR, Companhia de Habitação do Paraná. Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a COHAPAR, desde a sua fundação, tem prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná, pela capacidade de trabalho daqueles que a compõem, pela vontade férrea dos seus integrantes em procurar minorar o aspecto moradia da população paranaense.

Ela teve, tem e por certo terá um relevante trabalho no Governo democrático de José Richa. Exatamente a



COHAPAR, no dia de hoje, quando completa seu 20.<sup>o</sup> aniversário, merece dessa tribuna a saudação de nossa bancada e dessa Casa pelo trabalho que vem desenvolvendo principalmente no que diz respeito ao Projeto Mutirão

O Projeto Mutirão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pioneiro no Brasil, que serviu de exemplo para muitos Estados, projeto Mutirão que serviu, inclusive de exemplo ao Governo Federal na construção de residências, exatamente aí, está o Governo participativo, democrático e social do Governador José Richa. Exatamente no campo da habitação, na possibilidade de que as famílias de baixa renda do Paraná tenham a possibilidade de possuir a sua pequena casa para residir e para morar. Exatamente neste campo a inovação da COHAPAR, raz com que ela mereça mais do que nunca neste Governo, o reconhecimento de todos nós políticos, de todos nós Parlamentares.

No Projeto Mutirão a COHAPAR já realizou no Governo José Richa aproximadamente quatro mil casas construídas, todas voltadas para a baixa renda, e todas elas dentro do espírito que deve nortear o caminho do Brasil de hoje e do futuro, da participação popular, da presença do homem junto com o Governo na solução dos seus problemas.

Projeto Mutirão, que serve, inclusive, como educação na participação comunitária, mostrando exatamente que pouco e de muitos poderá superar o grande problema de tantos.

Queremos, portanto, neste instante, Senhor Presidente, em que encaminhamos à esta Mesa para deliberação, um requerimento de voto de congratulações para a COHAPAR pela realização do seu 20.<sup>o</sup> aniversário, destacar que, nos projetos sociais deste Governo, talvez o mais importante seja exatamente o de procurarmos dar residência para aqueles que não a têm. E eu permitiria citar aqui um exemplo de um Projeto Mutirão que realizamos num município do Oeste do Paraná, especificamente no Município de Capitão Leônidas Marques, onde as residências construídas, através do Projeto Mutirão, têm hoje, após o aumento, com prestação de aproximadamente Cr\$ 13.500.

Portanto, é dentro desta integração povo-governo que nós identificaremos um novo tempo nesta Nação, sabendo da divisão das responsabilidades e sabendo que há responsabilidade nos órgãos governamentais.

Queremos, portanto, desta tribuna, em nome da nossa bancada, darmos a nossa contribuição e o nosso reconhecimento ao trabalho extraordinário da COHAPAR esperando que ela, no curso da sua existência, possa trazer benefícios para essa camada social desassistida e possa continuar construindo residências para as famílias de baixa renda para que cada brasileiro tenha a sua casa própria, não num sistema de BNH, mas num sistema possível de ser pago através do Projeto Mutirão.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Djalma de Almeida César. Não se encontrando em plenário Sua Excelência, passa-se ao Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Le):

"Recentemente, ocupei a tribuna desta Casa para denunciar a omissão do Governo Federal com relação ao ensino agrícola no Paraná. Naquela oportunidade ressalttei o fato de o COAGRI - Órgão vinculado ao

Ministério da Agricultura - manter no território brasileiro vinte e duas escolas agrícolas do 2.<sup>o</sup> grau. Nenhuma delas, porém, está localizada no Paraná, o maior produtor agrícola do Brasil.

Essa revoltante ausência do Governo da República por si só é prova incontestante do descaso com que o Poder Central encara a juventude paranaense.

Mas, o tratamento marginalizado, que vem sendo proporcionado ao Paraná, no campo educacional, não se circunscreve apenas ao setor do ensino agrícola. Igualmente é o descaso em relação ao ensino universitário.

Com efeito, existe hoje generalizada tendência de se atribuir ao Governo da união a manutenção do ensino de 3.<sup>o</sup> grau, cabendo ao Estado prover o ensino de 2.<sup>o</sup>, e ao município, o de 1.<sup>o</sup> grau.

No entanto, a realidade paranaense, constante de um relatório do próprio Ministério da Educação datado do final do ano de 1984 e contendo dados relativos do ano de 1983, é totalmente diversa. Senão vejamos.

Em 1983, nas duas únicas instituições universitárias mantidas pela União, no Paraná, estavam matriculados 15.568 alunos, ao passo que 27.008 estudantes frequentaram instituições superiores de ensino, mantidas pelo Governo do Estado.

É de ser ver, ainda, que a lacuna deixada pelo Governo da União vem sendo suprida, com grande esforço, não apenas pelo Governo do Estado, mas também pelas próprias administrações municipais. Estas, apesar de serem as maiores vítimas do injusto sistema tributário vigente no País, ainda encontram forças e meios para manter em funcionamento, sabemos lá à custa de quantos sacrifícios, 14 unidades de ensino universitário. Com isso, ainda de acordo com dados de 1983, proporcionavam a 9.271 jovens a possibilidade do estudo universitário.

Ora, Senhores Deputados, enquanto a união é omissa, em relação a nosso Estado, a administração paranaense se vê obrigada alocar recursos crescentes ao ensino universitário, em detrimento, evidentemente, do ensino de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus!

É importante, também, salientar que a União praticamente nada realiza no Paraná em termos de ensino do 2.<sup>o</sup> grau, este sim, consensualmente de responsabilidade do Estado. Em 1983, para exemplificar, o Paraná mantinha 360 escolas de 2.<sup>o</sup> grau, abrigando 124.518 alunos matriculados. No mesmo período, a participação do Governo Federal ficava restrita a 733 alunos, matriculados em duas escolas, por ele mantidas em nosso Estado.

Da mesma forma, é quase nula a presença da União no ensino de 1.<sup>o</sup> grau: apenas 988 alunos, em 11 escolas, no ano de 1983. Nesse mesmo ano, o Estado mantinha 854.928 alunos matriculados em 2.760 escolas. E os municípios proporcionavam o mesmo ensino de 1.<sup>o</sup> grau a 515.767 crianças, frequentando 9.096 estabelecimentos escolares.

Senhor Presidente.

Os números são frios e, mesmo defasados, representam o desdém com que o Governo encara a juventude estudiosa de nosso Estado.

Exatamente por isso, a exemplo do que reivindicamos quanto ao ensino agrícola, urge que tal situação se reverta a que a União assuma de vez suas responsabilidades senão constitucionais, pelo menos ditadas pelo bom senso e pela indiscutível representatividade de nosso Estado.

O momento parece especialmente adequado para reclamar, também para o ensino superior, drástica

mudança no comportamento do Governo Federal, em relação ao Paraná.

É que estamos em pleno alvorecer da Nova República, do novo tempo, com que se pretende marcar a evolução de nossa História. Um tempo em que as injustiças e os caprichos cedam lugar ao império da Lei, da disciplina e da ordem!

Daí, o renovar das esperanças de todos nós, paranaenses, que não queremos nem pedimos favores, mas, que apenas exigimos se dê ao Paraná aquilo que lhe é devido.

Neste sentido e atentos à nova realidade que nos cerca, entendo oportuno reencetar a luta em favor da federalização das Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, ou, se não for esse o caminho mais adequado, de se encontrar um meio de fazer a União assumir o ônus da manutenção dessas instituições. Da mesma forma, parece-me justa a aspiração do Oeste Paranaense, que também quer e faz jus a sua universidade. Universidade que igualmente precisa nascer sob a responsabilidade da União, para evitar que encargos maiores venham onerar ainda mais os já exauridos cofres do Estado e dos municípios.

Esse é o brado daqueles que querem estudar, daqueles que sonham com o ensino universitário, mas, que nem sempre podem concretizar tão nobre anseio.

Por isso, exatamente por isso, entendo oportuno fazer chegar, agora, às autoridades da República, da Nova República, o grito desses jovens, na esperança de que, a exemplo de outros Estados, também o nosso, passe a contar com apoio mais efetivo e mais decidido, no que concerne ao ensino superior, o ensino de 3º grau. Apoio que, longe de constituir privilégio, há de representar tão somente mera retribuição pelo muito que o Paraná tem dado ao País".

Nas próximas sessões apresentarei requerimento materializando esta nossa intenção, este desejo de toda a juventude paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a liderança do estudante Reinaldo de Almeida César, Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, estamos recebendo a visita de uma turma de estudantes de Direito da Universidade do Paraná que participam do programa de estágios da Assembléia. Eles trabalharão conosco como Deputados simulados, durante esta semana, com o objetivo de aprender a técnica legislativa básica obter desenvolvimento na atividade política para o exercício da democracia.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Fonseca.

(Ausente).

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é o horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra por dez minutos, ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Enquanto que o Conhaque Dreher, é uma tradição que passa de pai para filho, ITAIPU Binacional é uma

tradição que passa de General para General.

Dia 17 próximo, o General Costa Cavalcanti transferirá o comando da mais Nova República América Latina, a Novíssima República Itaipu Binacional, ao General Ney Braga.

Por que Nova República, Senhor Presidente?

Porque tem um território próprio demarcado. Para ingressar, ainda não estão exigindo passaporte, mas uma série de tramitações; tem isenção alfandegária. atravessa até Porto Strossner, compram o que querem, sem fiscalização alguma, tem segurança própria e, veja bem que segurança! Os nossos agricultores encontraram ITAIPU, experimentaram e viram de perto o verdadeiro arsenal de guerra que faz a segurança de ITAIPU da Nova República Itaipu.

Está acima dos dois Governos. porque não presta contas a nenhum. ITAIPU Binacional não precisa prestar contas ao Tribunal de Contas da União, nem ao Paraguai. Portanto, está acima dos dois Países. Eis, porque "Novíssima República Itaipu Binacional".

E o Presidente nesta Novíssima República se equipara, inclusive, com os Estados Unidos; ganhará 18 mil dólares por mês. (108 milhões de cruzeiros). Mas, como nessa Novíssima República de Itaipu Binacional se fala mais em dólares, o seu salário também será em dólares.

É uma República Senhor Presidente, Senhores Deputados, toda especial.

Contrair dívidas em nome de duas Nações. Quem vai pagar a dívida é o Brasil e o Paraguai. E ainda exporta seu produto às duas Nações com mercado exclusivo. Não paga "royalty" a ninguém, portanto, a famosa tese do ilustre Jornalista Francisco Cunha Pereira de querer que o Paraná tenha energia a custo zero, nós podemos dizer adeus, porque da ITAIPU Binacional nós não tiraremos isto. Adeus tese paranaense.

Ali está construída, encravada entre o Paraguai e o Brasil, no território paranaense, uma República, talvez, mais poderosa que o Vaticano.

E, ainda, há pouco, quando corriam as notícias de mudança do Brasil; quando o comando passaria ao comando do PMDB, exatamente dia 14 de março, o Presidente desta Novíssima República Itaipu Binacional faz um contrato, dá a sua última canetada e contrata uma obra de 500 milhões de dólares, segundo El Diário Jornal de Assunção, dia 14 de março. Portanto, 500 milhões de dólares assinados no afogadilho, antes de entregar e transmitir o cargo.

Duas empresas apenas tem acesso a esta República É a UNICÃO e a CONEMA que foram beneficiadas com este generoso contrato.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é de fato de invejar esta Nova República. É de fato de invejar esta Nova República. É de fato um País incrustado dentro de dois Países. Tem um sistema próprio habitacional. Tem sistema hospitalar próprio. Inclusive, tem sistema educacional próprio, pese os protestos do Conselho Estadual de Educação ao qual não quiseram se submeter.

E, diante disso temos em mãos o relatório do Conselho Estadual de Educação do Paraná, protestando que ITAIPU Binacional, para operacionalizar o serviço educacional que serviria ao 1º e 2º graus naquela Novíssima República, foi assumir o Colégio Anglo-Americano, empresa particular sediada fora do Estado do Paraná

Esse colégio usa as dependências de ITAIPU

não paga luz nem aluguel e tem as mensalidades dos alunos descontadas em folha da própria UNICON, o grande negócio da China em termos de mercância educacional.

A citada empresa particular, como já foi denunciado aqui pelo Deputado Sérgio Spada, durante todo o tempo de sua permanência em Foz do Iguaçu, não realizou nenhum investimento no município, nem em consequência no Estado, portanto está restrita a ITAIPU Binacional e agora pretende, inclusive, avançar mais ainda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, querem plantar e continuar sugando, esta verdadeira fonte de riquezas que é a ITAIPU Binacional, fazendo e criando o terceiro grau.

Pese a Lei Federal, que não permite que nós criemos escolas estaduais no Oeste do Paraná, onde tem a CNEC, entretando a Anglo-Americana poderá constituir faculdade, na ITAIPU Binacional ou pelo menos quer e tenciona dentro de Foz do Iguaçu em Itaipu Binacional quando, já existe lá uma Fundação e uma faculdade sustentada pelo município e pela Associação dos Municípios.

Portanto, como dizia, é realmente uma República, dentro das Repúblicas, mas eu tenho esperanças! Senhor Presidente, Senhores Deputados e quero crer e espero que não tenhamos equívocos quando lemos no jornal de que o Deputado Augusto Carneiro, diz que realmente a ida do General Ney Braga para ITAIPU, é uma vitória do Paraná, que teve o seu nome colocado a testa dessa grande Novíssima República.

Espero realmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que, como paranaense, realmente tome as atitudes paranaenses, como o General Ney Braga não é muito chegado a mordomias, eu tenho certeza que ele haverá de renunciar aos dezoito mil dólares e todas as mordomias de casas, de bolsas de estudos para familiares, as mordomias em si que vão além dos dezoito mil dólares que é o salário líquido, mordomias dos jatinhos e tantas outras e tenho certeza, porque o General Ney Braga, quando Governador e Ministro não era muito chegado a mordomias, portanto, ele vai renunciar a esse salário em favor dos demais desempregados do Paraná, já que foi acunhado com esse emprego.

Eu espero que como paranaense o General Ney Braga à testa de Itaipu, venha prestigiar pelo menos o Banco do Estado do Paraná, dando os depósitos da Itaipu Binacional para o Banco do Estado do Paraná e também no Paraguai para o Banco Del Paraná, que é também uma empresa estatal paranaense.

Espero do General Ney Braga, ao assumir Itaipu, além de renunciar e combater as mordomias como faz hoje a Nova República do Brasil, não permita que grupos de fora, como a Anglo-Americana venha explorar o sistema de ensino, devolva ao Oeste do Paraná, devolva a Foz do Iguaçu, dê para um colégio, para a Fundação de Foz do Iguaçu, para que ela desenvolva o ensino dentro das leis e de conformidade com o Conselho Estadual de Educação.

Espero que ele como paranaense que é, haverá de não permitir que empresas de fora venham explorar a fabulosa unidade hospitalar que tem Itaipu Binacional e que realmente faça daquele hospital, altamente equipado, invejosamente equipado, um dos maiores e mais preparados hospitais, que venha e dê isso para o Paraná poder desenvolver o seu hospital regional, uma vez que tinha, e não necessita mais desse hospital com exclusividade; que venha, enfim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, devolver ao Oeste do Paraná o

pouquinho daquilo que tanto nos tiraram, expropriando os nossos colonos e invadindo as nossas terras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta a Bancada do PMDB. Falará o jovem Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Deputado Gernote Kirinus, na tribuna, enfoca a posse do General Ney Amintas de Barros Braga, na direção da ITAIPU Binacional.

Conhecemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ser irreversível essa nomeação, embora ela não tenha soado bem, principalmente, no Oeste do Paraná.

Conhecemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o pensamento do Estado do Paraná, e o pensamento do povo brasileiro, com respeito à mudanças, a homens comprometidos com mudanças.

Mas, pretendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dar um outro enfoque à nomeação do General Ney Braga, frente à ITAIPU Binacional.

Considerando o fato consumado, queremos aqui desta tribuna, como representantes do povo paranaense pedirmos que a nova direção da ITAIPU Binacional, tenha um comprometimento maior com as causas do Paraná.

Fizemos denúncias sistemáticas desta tribuna, a respeito da espoliação que o Estado do Paraná tem tido com respeito à construção de hidrelétricas. Mostramos por dados, por números, o valor inestimável de terras paranaenses, da mais alta fertilidade, perdidas pelas inundações das grandes usinas; mostramos, desta tribuna, o sacrifício do povo paranaense que viu, em determinado momento da sua história, a construção do seu lar, da sua casa, da sua terra, ser destruído pela inundação de um lago de oitocentos quilômetros quadrados para gerar energia não para o Paraná, mas para o Sudoeste do Brasil.

Presenciamos daqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a espoliação do Estado paranaense que bancou ITAIPU, fazendo empréstimos externos, e transferindo recursos para o Paraguai, subsidiados, comprometendo a economia desta Nação. ITAIPU representa, hoje 10 por cento da dívida externa brasileira.

Essas acusações pesam sobre o Paraná.

Pesam sobre o Paraná sete mil ações que existem no fórum de Foz do Iguaçu para serem julgados; pesam sobre o Paraná, os trabalhadores rurais que foram tirados de suas terras, como eu tenho aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma correspondência do Município de Dias Lopes da Laguna, do Mato Grosso, datada de 29 de abril de 1985, citando as dificuldades, o desespero, o descaso com que o INCRA tratou os homens que para lá foram mandados, para dar lugar às águas que inundaram o nosso Estado.

Então, Deputado Gernote Kirinus, gostaria eu de focar neste pronunciamento o chamamento à responsabilidade, do Senhor Ney Braga, como paranaense, que à frente da Binacional ITAIPU, lute pelas causas do Paraná, para corrigir as injustiças que se praticaram contra o nosso Estado, nas inundações, nos deslocamentos de famílias, na falta de respeito ao ser humano, na diminuição de nossas produções, no alagamento de nossas terras, na quebra da nossa ecologia, para nós não recebermos de Itaipu a não ser a responsabilidade de comprarmos em tempo futuro, a energia que ela

gera e que nós não necessitamos.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pois não, nobre Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi - Nobre Deputado Caíto Quintana, acredito que o interesse do Paraná esteja acima dos interesses políticos partidários, mas o resultado da eleição de 1982 trouxe uma nova realidade para o Paraná, hoje, o Paraná tem presença no cenário nacional. Ironicamente, porém, no Ministério das Minas e Energia, e foi exatamente neste setor que o Paraná foi mais vilipendiado, o setor das grandes usinas, no regime autoritário, como Vossa Excelência bem discorreu, e citava agora há pouco, milhares de ações que estão para ser julgadas, de desapropriações, eu citaria uma: a de Salto Ozório, ajuizada pela ELETROSUL, em 25 de abril de 1974, e que teve que ir até o Supremo ou seja, apenas dois desapropriados resistiram à ELETROSUL, e acabaram ganhando a ação, os outros se entregaram, no meio da caminho tiveram que ir fazendo as composições. Só para ter um exemplo daquilo que Vossa Excelência ilustrou, se encontra na 1ª Vara da Justiça Federal, esta ação, mas depois de 1982, houve uma nova realidade política no Estado do Paraná, e essa nova realidade não está sendo considerada, pelo Governo da Nova República, no Ministério das Minas e Energia, isto por quê? O Paraná indicou através das Lideranças políticas e do Governo do Estado, o Presidente da COPEL, engenheiro Ary Queiróz, de indiscutível capacidade no setor, o homem que vem desenvolvendo o projeto de eletrificação mais arrojado que se faz neste Brasil, para ser membro do Conselho da ELETROBRÁS, do Conselho que vai realmente traçar a política energética no Brasil, incrivelmente, no seu lugar, foi colocado o Senhor Ney Braga! Então, acho que o interesse do Paraná não está de que seja esta ou aquela pessoa, mas no Ministério das Minas e Energia nós continuamos na Velha República, porque ainda, na semana passada, na Assembléia da ELETROSUL, os nomes do Paraná, indicados, nem foi aceito, nobre Deputado! O Paraná está, então, inteiramente aliado de participar da direção da ELETROSUL, que vem na mesma sequência da ELETROBRÁS, na direção nova da ELETROSUL, seu Presidente, que é o político, o ex-Deputado Wilmar Daranhol, da Frente Liberal, de Santa Catarina. o restante é a burocracia, a tecnocracia da ELETROBRÁS que foi colocada na ELETROSUL, o que, para nós, paranaenses, nos causa temor! Temor que tudo continue como dantes, no quartel de Abrantes! E se o Senhor Ney Braga, continuar, como sempre foi, submisso ao Poder Central, não tenho dúvidas, que no Paraná, para nós infelizmente, nós teremos a mesma sequência dos acontecimentos trágicos, neste setor! Então, se o Senhor Ney Braga, e me parece decidido e vai realmente tomar posse, caberá a ele provar exatamente o contrário porque até ontem, quando ele estava na direção deste Estado, quando ele podia ter brigado com a direção da ELETROSUL, como fez o Governador José Richa, quando disse: - Não queremos a Usina de Capanema, e ela foi adiada, não foi eliminada, foi adiada, a voz do Senhor Ney Braga não se levantou!

Então, que ao menos, daqui para frente, o Ney Braga, tenha condições de mudar este seu comportamento que, lamentavelmente, foi para o Paraná, desastroso!

Porque ele, como Ministro da Educação, não federalizou as nossas universidades, como Governador do Estado, não defendeu os nossos interesses, neste setor energético, e agora, na direção da Itaipu, vamos ver o seu comportamento, se continuar como antes, lamentavelmente o Paraná só ocupará uma posição, mas não em defesa dos reais interesses do Paraná!

Este é o aparte que gostaria que Vossa Excelência considerasse.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço, Deputado Nilso Sguarezi e concedo aparte ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus - Nobre Deputado, Vossa Excelência, me dá oportunidade neste instante, de desenvolver mais um raciocínio do que pode ser feito pelo Paraná com a Itaipu Binacional, se é que Ney Braga vai se caracterizar como paranaense, que não seja um submisso de antigamente.

Um projeto desenvolvido por engenheiros agrônomos da cidade de Marechal Cândido Rondon, levanta que é possível plantar de Rondon até Guaíra quatro milhões e oitocentos mil pés de cítricos e desenvolver uma indústria no Paraná, só cítricos.

Foi proibida pela Itaipu Binacional porque havia interesses de defender essa mesma produção de São Paulo. Eis aí uma oportunidade do ex-Governador General Ney Braga, provar a tese paranaense.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço. Para concluir, Senhor Presidente, quero deixar claro, neste instante, que o PMDB do Paraná, consciente da sua responsabilidade com a Aliança Democrática, que nos deu a possibilidade de virada de mesa para construirmos a nossa República pelo discernimento e a postura ética do Governador José Richa não vetou em instante algum, o nome de paranaense que fosse, mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estaremos aqui, General Ney Aminthas de Barros Braga, vendo Vossa Excelência assumir Itaipu, mas estaremos cobrando desta tribuna, em qualquer instante, que a Itaipu cumpra com os compromissos que assumiu com o Paraná, sob pena e não valer a pena desse paranaense à frente dessa binacional.

(É desligado o som). (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre representante de Umuarama, Senhor Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nova república, novos homens, nova direção financeira, e sequência das não mais alvissareiras notícias quanto dos primeiros dias, estará assumindo, no dia de amanhã, Santana Lobo a direção financeira da PORTOBRÁS.

O homem que na PARANATUR já deixou a oportunidade de construir, em termos condizentes com o local, o restaurante ali, de Vila Velha (?): que na Direção Financeira, mais precisamente na Presidência da Reflorestadora BANESTADO, junto Lobo e Cordeiro vieram parar aqui numa CPI de Corrupção que o Deputado Rubens Bueno, como seu Presidente deve estar muito bem lembrado. E, agora, guindado a um alto cargo na esfera federal. Como ainda pouco dizia o Deputado Gernote Kirinus, esta é a Nova República que saudamos.

Lamentavelmente só esperamos que seja mais feliz nesta oportunidade, Santana Lobo, que a partir de amanhã irá, inclusive, dirigir, conseqüentemente o Porto de Paranaguá e o Porto de Antonina. Que não haja no seu caminho um novo cordeiro, mas que nós não tenhamos, novamente, oportunidade de aqui assistir, por vários momentos e por várias vezes, discussões que acabam, como que se diz, aqueles que aqui chegam, premiando e sendo levados aos cargos, que, muitas vezes, não é desejado por uma grande parcela de companheiros de seu partido.

É o que hoje tínhamos a dizer, Senhor Presidente.  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra o PDS.

O Sr. Odeni Mongruel - Com a palavra o Senhor Deputado Nelson Buffara, por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, representante de Paranaguá.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Morretes, pela vez segunda, realizou-se a festa-feira naquela cidade, expondo produtos agrícolas e de artesanato, da região.

O sucesso foi total Senhor Presidente, Senhores Deputados, com prêmios para os agricultores que lá expuseram os seus produtos, e uma comissão houve por bem premiá-los, com as melhores apresentações; razão pela qual estamos propondo um voto de congratulações ao Senhor Prefeito Orlando Conforto, e aos agricultores premiados, num requerimento que vamos endereçar a esta Casa, a esta Mesa, e pedir, desde que aprovado, se dê comunicação aos interessados.

Outro assunto, que rapidamente abordaremos no Horário da Liderança do PDS, é com respeito à comissão, que por nós foi solicitada, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de cinco membros, cinco Senhores Deputados, para evitarem uma clamorosa injustiça da SUREHMA sobre oitenta famílias da Colônia Tomaz Coelho. Os membros da comissão, por nós solicitada, são os Deputados: Nestor Baptista, Acir Mezzadri, Ervin Bonkoski, do PMDB; da Frente Liberal: Ivan Gubert; e do PDS: este Deputado que lhes fala.

Já tenho conhecimento que a Presidência ficará com o PMDB, na pessoa honrada do Deputado Acir Mezzadri; e faço votos que esta comissão reúna-se de imediato, para socorrer àquelas famílias da Colônia Tomaz Coelho, do Município de Araucária, evitando que, eles sejam espoliados por preços baixíssimos, aviltados, determinados pela SUREHMA, num confronto com o ITC, que no ano passado, no mês de julho, pesquisando preços, através de solicitação da própria SUREHMA, concluiu que, deveriam ser pagos 120 por cento, além dos preços que a SUREHMA queria pagar.

O que nós queremos, é justiça, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nada mais do que isto. Portanto, faço uma solicitação ao Deputado que compõe a comissão do PMDB, na pessoa do Senhor Acir Mezzadri, seu Presidente, que promova a reunião dessa comissão o quanto antes, a fim de que possamos colaborar com a família de colonos que estão sendo ameaçados de receberem preços escorchantes, aviltantes, e desde que, esta comissão, reúna-se, tenho a certeza de que a

SUREHMA irá subordinar-se a essa comissão de Senhores Deputados, que irá exigir justiça da SUREHMA.

Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua o Senhor Deputado Odeni Mongruel, representante de Ponta Grossa.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quero em meu nome e em nome da bancada do meu partido, nesta Casa, saudar na tarde de hoje, os estudantes universitários estagiários junto ao Poder Legislativo, certo de que inauguram, com esta nova atividade, aqui no Parlamento, um novo relacionamento entre a mocidade estudiosa de nosso Estado, de uns dos propósitos do Poder Legislativo.

Desta feita, são acadêmicos do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, que durante a semana cumprirão programação prevista para esse tipo de treinamento, na condição de estagiários.

Convém lembrar que esta forma de integração entre a Universidade e a comunidade é a mais eficiente e a mais simpática e ainda, a que melhor possibilita o entendimento e o conhecimento entre os seus integrantes.

A experiência que trago do meio de Universidades, autoriza-me a destacar de que é através de atitudes como esta, que a Assembléia Legislativa do Paraná proporciona, é que nós estaremos conseguindo, juntos, homens públicos e os integrantes da comunidade, nos seus mais diversos setores de atividades humanas, encontrar as soluções necessárias à superação dos problemas nacionais.

Com certeza, na execução de atividades próprias desta programação de estágio parlamentar, não apenas os ilustres visitantes recolherão benefícios, mas, também o próprio Poder Legislativo que será melhor conhecido quanto as suas reais finalidades e serventias e ainda, de um modo muito especial, melhor divulgado no meio universitário.

Vale também, destacar que se estamos, na tarde de hoje, vivendo esta possibilidade expressiva, é fruto do esforço do Poder Legislativo do Paraná em integrar-se e desenvolver atividades realmente salutares à comunidade do Paraná.

Cumpre-me, desta forma, lembrar aqui a iniciativa do Deputado Trajano Bastos que, na condição de Presidente deste Poder, no último ano, não mediu esforços para fazer com que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná proporcionasse esse tipo de encontro promissor, pedagógico e educativo, reproduzindo aqui, quase que com as mesmas características, a feição do estágio parlamentar que é desenvolvido na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Não poderia, pois, deixar de fazer esta referência, para que não se leve daqui, que a Assembléia Legislativa, como Casa que guarda os problemas dos desencontros, Casa que tem o dever de servir em muitas vezes, como válvula de pressão à sociedade civil, apenas se preocupa com os conflitos existentes na sociedade e no seu próprio interior.

A Assembléia Legislativa tem e demonstra a sensibilidade à programações deste porte. É, portanto, com imenso prazer que cumprimento a cada um desses quarenta e cinco estudantes universitários que hoje, aqui se fazem presentes e que pelos próximos dias acompanharão as atividades neste Parlamento.

O Sr. Antônio Belinati — Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. ODENI MONGRUEL — Concedo, com imenso prazer, o aparte que me foi solicitado pelo Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati — Para inicialmente parabenizar Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento em que manifesta regozijo pela presença de tão ilustre delegação universitária da Universidade Federal do Paraná no nosso meio, no nosso convívio, e aproveitar, também, ilustre Deputado Odeni Mongruel, para fazer votos que a Nova República dê à Universidade o valor que ela realmente merece, o destaque com que ela deve ser distingüida, no Governo da Nova República.

Vossa Excelência que foi um brilhante reitor, no Paraná, conhece muito bem os problemas de uma Universidade, e hoje, além da falta de um amparo maior, como há poucos dias, um curso entrando em greve na Universidade, por falta de uma condição mínima para sobrevivência do mesmo, vemos que o grande clamor do universitário é a eleição do próprio reitor que ele deseja que seja feita, através do estudante e do professor da universidade, da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Federal de qualquer outro Estado brasileiro.

A nossa esperança, Excelência, é que a Nova República permita que a família universitária brasileira possa eleger, democraticamente, seu reitor. Mas, infelizmente, chego até a descreer que isso seja possível no Brasil. Porque o Presidente José Sarney, no dia 25 de abril do ano passado, ele, como Presidente de um partido político, comandou pessoalmente a derrubada da Emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria a eleição direta para Presidente da República. Ora, se José Sarney já é contra eleição direta para Presidente da República, sem esse instrumento da eleição do Colégio Eleitoral, ele jamais seria eleito Presidente, nem Vice-Presidente, certamente, o Sr. Presidente José Sarney não vai dar ao estudante o direito de eleger o seu reitor. Mas, mesmo assim, cabe a nós políticos, continuarmos lutando para que esta vitória seja conseguida no Brasil.

Obrigado.

O SR. ODENI MONGRUEL — Agradeço o aparte do eminente

Deputado Antônio Belinati e finalizo cumprimentando mais uma vez os estudantes universitários aqui presentes, participantes desta fase do estágio parlamentar na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ao tempo em que, apelo à Mesa Executiva, para que continue oferecendo a esses estudantes e a outros tantos que aqui virão, os meios necessários para que possam dar pleno cumprimento e execução aos seus interesses neste estágio. Da certeza também, de que de parte dos Parlamentares, indistintamente de colorações partidárias, esses estudantes terão livre acesso aos gabinetes dos companheiros Parlamentares, e, com eles, em contato direto, construirão com certeza, uma nova imagem e um novo conceito da Assembléia Legislativa do Paraná, nos meios universitários.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Com a palavra o representante do PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente os nossos mais profundos agradecimentos à Liderança do PFL, o Deputado que me deu a oportunidade de falar a esta Casa nesta tarde, em especial aos estudantes de Direito que ora estagiam nesta Casa de Leis.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Peço-lhes vênica, para associar-me às homenagens de boas-vindas, que a Mesa Executiva e o corpo funcional da Casa dirigem, neste início de semana, aos jovens acadêmicos de Direito da Universidade Federal do Paraná, que, desde ontem, passaram a conviver conosco, em nosso dia-a-dia da vida parlamentar, em mais um evento da sempre atuante e dinâmica Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, qual seja um estágio supervisionado, sob a forma de Legislativo Simulado.

E a minha satisfação e honra, de poder, cordialmente, cumprimentar meus futuros companheiros de advocacia, é redobrada, porquanto, posso constatar que, ao alvorecer, no nascedouro da Nova República, a sociedade civil, aqui representada pelos combativos estudantes de Direito da nossa Universidade Federal e de seu órgão de coordenação, o glorioso Centro Acadêmico “Hugo Simas”, retoma seu papel de fiscalização e de real condução dos destinos e dos negócios do Estado.

Ademais, cabe-nos ressaltar, entre tantos outros aspectos positivos desta louvável iniciativa, de se restaurar a dignidade de nosso Legislativo Estadual, abrindo suas portas à população de nossa terra, uma peculiaridade que se tomou, com o passar dos tempos, prerrogativa quase que exclusiva da juventude, e da reciclagem, através do ímpeto das idéias.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho a plena convicção que a permanência desses valorosos universitários em nosso meio, ainda que marcada pela brevidade do tempo desse estágio, tornará esta Casa de Leis mais efusiva e proporcionará não somente um cabedal de informações e conhecimentos aos estagiários, como também, haverá de fazer com que nós, hoje, Parlamentares e representantes do povo, possamos nos recordar emocionados da atividade política estudantil de outrora, e possamos, através deste canal de dupla mão, instalado sob a forma de estágio, inteirarmo-nos cada vez mais, dos problemas e anseios que afligem estes que possuem o dever histórico de assumir os destinos de nossa grande Nação brasileira, no amanhã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus sinceros cumprimentos à Mesa Executiva e ao corpo funcional desta Casa, nas figuras dos jornalistas Rafael de Lala e da professora Diva Ogibovski, e meus votos de sucesso aos futuros bacharéis de direito da nossa histórica Universidade Federal do Paraná”.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa consulta o partido da Frente Liberal.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente a nossa saudação aos estudantes de Direito que estagiam na nossa Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em outubro do ano passado, foi aprovado por esta Casa, um projeto de minha autoria, que propunha alterar o limite de idade para inscrição em concurso público para 50 anos, sendo que a Comissão de



Constituição e Justiça deu parecer favorável, visto não existir óbice legal ou constitucional que impedisse a sua tramitação.

Esta Casa, através do Plenário, aprovou o projeto, porém, o Governador José Richa o vetou; e estranhamente ao apreciar o veto, esta Casa, através dos seus Deputados que o tinham aprovado, apoiaram e acataram o veto dado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, onde ele, na justificativa, salientava ser uma medida inconstitucional, por ser atribuição do Governador a competência exclusiva para iniciativa do processo legislativo, que disponha sobre os servidores do Estado e seu regime jurídico.

Por mais que seja dado ao Sr. Governador todos esses poderes e ao Legislativo não seja dada atribuição para uma simples alteração no limite de idade em concurso, muito me estranha tal atitude, pois, ao tomar tal medida o Excelentíssimo Sr. Governador está deixando de favorecer pessoas de uma faixa etária que ainda gozam de plenas condições físicas e psicológicas e estão capacitadas ainda para exercer qualquer tipo de cargo público.

Dizemos que um homem é incapaz aos trinta e cinco anos é afirmarmos que um Presidente da República, ou um Governador, homens que assumem uma quantidade muito maior de responsabilidades do que qualquer outro, também estariam impedidos pela sua idade. E, o que vemos é justamente o contrário, pois a maioria de todos os nossos grandes Executivos estão sempre numa faixa etária muito acima dos cinquenta anos.

Também, gostaríamos de formular uma outra pergunta: se, em outros Estados como Minas Gerais, concursos para Juiz chegam a casa dos cinquenta anos, por que, somente o Paraná está se colocando em condição oposta, no momento que tantos estão precisando de colocação?

Sejamos, pois, práticos, Senhores Deputados. Como devemos encarar o veto do Senhor Governador? Quem sabe uma questão meramente política por ter saído a idéia e a proposta desta Casa de Leis.

Confesso-me contrariado: com esta atitude, pois, o meu intuito é - e sempre foi - dar maiores chances ao número maior de pessoas capazes, até pela sua própria experiência, o que faria de nosso Estado um igual a todos os outros que já chegaram à conclusão de que essa é uma medida restritiva e discriminatória, segregando pela idade os capazes e competentes.

Pretendo, ainda, este ano reapresentar esse projeto e gostaria desde já de poder contar com o apoio de todos os Senhores Deputados desta Casa, sabendo que todos prestarão a maior atenção e apoio no momento oportuno.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, comunicando que o Senhor Deputado Gabriel Manoel passou a integrar a Bancada do Partido da Frente Liberal. Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando seu afastamento, por determinação médica, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Laudo Médico anexo. Inclua-se na Ordem do Dia da Sessão de amanhã, dia 15 de maio de 1985.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhor Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 247/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA 12 DE OUTUBRO", com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 09/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 54/85), que objetiva acrescentar ao Art. 3.º da Lei n.º 6.364, de 29.12.72, o Parágrafo 11, conforme especifica. (Para efeitos do disposto no Inciso V, deste Artigo, quando o valor tributável esteja expresso em Moeda Estrangeira, far-se-á sua conversão em Moeda Nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 59/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e OUTROS, que concede o título de CIDADÃ HONORÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ, A Senhora RISOLETA TOLENTINO NEVES. Sem PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 291/84, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 300/84, de autoria do PODER EXECUTIVO

(Mensagem n.º 224/84), dispondo que o Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade de Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná para permanecer na ativa, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.Seg.Publ., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 325/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA - ALA", com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 327/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE IRMÃOS LOPES"- AFIL, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 366/84, de autoria do Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Rio Azul, uma área de terras, medindo aproximadamente 14.172,00 m.², situado no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no Município de Rio Azul, de propriedade do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 329/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LOANDA- APAE", com sede e foro no Município de Loanda, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 368/84, de autoria do Deputado TADEU LUCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor "GARIBALDI DUARTE REALE". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 348/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública o "GRANDE ORIENTE DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE**

URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 130, de 03.12.84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 348/84

O presente plano de lei de autoria do Nobre Deputado GERNOTE KIRINUS, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Grande Oriente do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria Lei n.º 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1985

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

AUGUSTO CARNEIRO

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 369/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO JOÃO XXIII DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 132, de 03.12.84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 369/84

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, tem por finalidade declarar de utilidade pública, O Instituto João XXIII de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria, Lei n.º 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 380/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor LUIZ GONZAGA PINTO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.<sup>o</sup> 135, de 11.12.84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 380/84

O projeto de lei em exame, de iniciativa do ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ GONZAGA PINTO.

A medida visa homenagear a um mineiro que há 34 anos adotou o Paraná como seu lar. Empresário bem sucedido, é o fundador da Metalúrgica Santa Cecília, com sede em Ponta Grossa, indústria genuinamente brasileira, marcada pelo pioneirismo e cuja importância pode ser revelada pelo fato de que 90% de seus produtos são substitutos de produtos similares importados.

Profundamente apegado a causa pública foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa em 1960, diretor da CODEPAR, quando de sua criação, Prefeito de Ponta Grossa, eleito em 1972, e Secretário da Indústria e Comércio durante o Governo de Jaime Canet Júnior.

Justifica-se, portanto, plenamente, a concessão da referida honraria ao ilustre empresário e homem público.

Por outro lado, no que deve esta douta Comissão de Constituição e Justiça se manifestar, não encontramos qualquer impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental que impeça o trâmite da matéria.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do já referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 382/84, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública, o "CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA NOSSA SENHORA APARECIDA - CEPRHUSA", com sede e foro no Município de Rio Bom. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.<sup>o</sup> 136, de 12.12.84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 382/84

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por

finalidade declarar de utilidade pública, o "Centro de Promoção Humana Nossa Senhora Aparecida"- DEPRHUSA, com sede e foro no município de Rio Bom.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria- Lei n.<sup>o</sup> 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 386/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS"- APAE, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.<sup>o</sup> 140, de 18.12.84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao projeto de Lei n.<sup>o</sup> 386/84

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Excepcional- APAE, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria- Lei n.<sup>o</sup> 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 01/85, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FÊNIX", com sede e foro no Município de Fênix. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.<sup>o</sup> 05, de 04.03.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 01/85

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Tadeu França, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix", com sede e foro no Município de Fênix, Estado do Paraná.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria, Lei n.º 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 03/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, a DOM ARMANDO CIRIO, Arcebispo de Cascavel. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 05, de 04.03.85).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 04/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina "RODOVIA PEDRO BAGGIO", a atual Rodovia PR-525, que liga o Município de São Sebastião da Amoreira a BR-369. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 07, de 06.03.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 04/85

O Projeto de Lei n.º 04/85, de autoria do Deputado Hermas Brandão, visa denominar a Rodovia PR-525, ligando o Município de São Sebastião da Amoreira à BR-369, de "Rodovia Pedro Baggio".

A presente iniciativa preenche plenamente o que preceitua o artigo 123, do Regimento Interno, com uma justificativa que nos convence da conveniência da aprovação da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 06/85, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de utilidade pública

a "UMBANDA ALFA OMEGA DO PARANÁ-CONFEDERAÇÃO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 07, de 06.03.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 06/85

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Acir Mezzadri, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Umbanda Alfa-Omega" do Paraná-CONFEDERAÇÃO, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria- lei n.º 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 56/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 87/85), que objetiva elevar, para 170% (cento e setenta por cento) o índice percentual fixado no Art.15, da Lei n.º 8.069, de 28.12.84. (Magistratura, Ministério Público, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado). SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 29, de 18.04.85).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Fernando Vidal, filho de família tradicional do Município da Lapa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência aos Projetos de Resolução n.º 01 a 38/85, 41 a 52/85, referentes a convênios diversos firmados com vários órgãos governamentais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 348/84, que declara de utilidade pública o "Grande Oriente do Paraná", com sede e

foro nesta Capital. **Prejudicado.**

A Mesa informa ao Senhor Deputado Caíto Quintana, autor do requerimento, que o projeto foi aprovado hoje em primeira discussão e se encontra em regime de urgência. Considera insubsistente o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 25/85, que versa sobre o Conselho Paranaense de Turismo. CEPATUR, objeto da Mensagem Governamental n.º 65/85. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 348/84, que declara de utilidade pública o Grande Oriente do Paraná. **Prejudicado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 019/85, que trata de matéria referente a férias do servidor público. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à atriz Fernanda Montenegro, pelo gesto de dispensar o convite para o cargo de Ministra da Cultura, sob o fundamento de "não se sentia preparada" e que "é no teatro que ela dará a sua melhor contribuição de cultura ao País". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Senhores Presidente da República, Ministro de Minas e Energia, Presidente da ELETROBRÁS e a Representação Paranaense no Congresso Nacional, com protesto desta Casa por ter sido excluído o Paraná da Diretoria da ELETROSUL, e encarecendo a convocação de nova assembléia da ELETROSUL, a fim de se corrigir esta distorção continuista. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à Escola de Pais do Brasil- Seção de Curitiba, para realização do XVII Seminário Regional da Escola de Pais do Brasil, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo atendimento às reivindicações propostas por professores

do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura e Presidente do Banco Central e do Banco do Brasil, bem como ao Conselho Monetário Nacional, transmitindo as reivindicações dos produtores rurais da região do Vale do Ivaí, no Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 9.º aniversário do Jornal "O Paraná", do Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Minas e Energia, encarecendo informações de qual o destino dado às edificações e construções realizadas nos canteiros de obras das usinas construídas pela ELETROSUL, se foram demolidas, vendidas, doadas ou emprestadas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo que na forma do estabelecido através do Decreto Lei n.º 4950-A, o Estado remunere a partir do piso do salário mínimo profissional os médicos veterinários que prestam serviços em colégios agrícolas e em outros órgãos do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos Senhores Prefeito Municipal e Secretária Municipal de Educação do Município de Ponta Grossa, pela realização do I Jogos Estudantis Municipais, realizado naquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Editorial de 1.ª página da edição intitulada "Quem mais olha menos vê". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao fotógrafo Cleon Costa, do Município de Ponta Grossa, pela arte de fotografar desde a idade de 10 anos. **Aprovado.** À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que a localidade de Lindoeste, no Município de Cascavel, seja elevada à condição de Distrito Judiciário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Jacutinga, na divisa dos Municípios de Cândido de Abreu e Grandes Rios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo sucesso da Poupança BANESTADO, que acaba de atingir 1 trilhão de cruzeiros, para 1 milhão de aplicadores. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja elevado da categoria de Distrito Administrativo para Distrito Judiciário, o Distrito de São João, no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a agilização das obras de construção da ponte sobre o Rio Paraná, ligando o Município de Guaira ao Sul de Mato Grosso do Sul e o Paraguai. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo a sustação dos efeitos da Portaria n.º 248/84 de 09 de agosto de 1984, em atendimento às legítimas reivindicações dos setores interessados, até que estudos conclusivos se façam para apurar de sua correção ou não. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, encarecendo providências às reivindicações dos alunos do curso de ciências biológicas da Universidade Federal do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do

expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário de fundação da COHAPAR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando moção de apoio a Federação dos Empregados em estabelecimentos bancários do Estado, e Associação Profissional de Bancários do Estado, pela realização do II Encontro Nacional dos Funcionários do BANESTADO, no Instituto Filadélfia no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de felicitações à Associação Brasileira de Enfermagem, pela realização da I Jornada Curitibana de Enfermagem. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Prefeito Municipal de Morretes, pela II Festa Feira Agrícola e Artesanal e aos premiados daquela promoção. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Secretário das Finanças, para prestar a esta Casa os esclarecimentos sobre o processo de endividamento do Governo do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 15, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 291/84, 300/84, 325/84.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 327/84, 329/84, 348/84, 366/84, 368/84, 369/84, 380/84, 382/84, 386/84, 01/85, 03/85, 04/85, 06/85, 56/85.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.º 40/85.

DISCUSSÃO ÚNICA- de requerimento do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, solicitando quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO TUGUIO SETOGUTTE, EM SESSÃO DO DIA 14 DE MAIO DE 1985.



**"QUEM MAIS OLHA MENOS VÊ"**

Roberto Barrozo Filho.

O Sr. Francisco Simeão Rodrigues, que pretende, através da Secretaria da Indústria e Comércio, da qual é titular, povoar o Paraná com coelhos, tirados de sua cartola, na granja do Sr. Laércio Cláudio Werneck, de Campina Grande do Sul, tem demonstrado na vertiginosa carreira de empresário e de político, habilidades de, prestidigitador.

Misto de calculista e de mágico, uma espécie de Oswald de Souza a "sacar" as possibilidades dos prêmios e dos acertadores das lotecas populares, ele joga com as grandes e expressivas quantias, encantando e ao mesmo tempo ilusionando o espectador, na dança dos bilhões.

Ora aparece na teia da Fertiplan, ora vôos com a Florença Táxi-Aéreo, comprada, recentemente, pela Taxi-Aéreo Marília, a mesma que intermediou a venda, ao Governo do Estado, do famoso avião a jato "Citation".

No Estado do Maranhão, em vez de coelhos, dedica-se à pecuária, com a Buriti Agrícola e Pastoril, Rio Bonito Agro-Pastoril e Madeiras Verona, financiadas fartamente pelo Programa "Proterra - PECRO", na aquisição de matrizes, reprodutores, tratores e nos custeios agrícolas. Tudo através do Banco do Brasil, com contratos assinados, garantidos por penhor agrícola e pecuário figurando o próprio Sr. Simeão como fiel depositário.

Aqui, no Paraná, no "Programa das Microdestilarias" financiado pelo CENDI, órgão da Secretaria da Indústria e Comércio, vêm aquinhoando a empresa Distel Metalúrgica Ltda, de Londrina, cujos equipamentos tem sofrido críticas por parte daqueles que os adquiriram, dentro do esquema Secretarial.

A Distel, por sua vez, para operar na montagem das microdestilarias, obteve financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná. O seu controle acionário, foi mudado. O grupo Vidigal, de Londrina, transferiu o comando para outro grupo, que representa o predomínio de elementos não perfeitamente declarados ou

identificados, na ribalta dos negócios das destilarias.

Em toda esta parafernália de "Programas", que é o rótulo de volumosos financiamentos, devemos, a bem da verdade e da justiça, distinguir o empresário do homem público.

A função natural do empresário é procurar obter a maior quantidade de dinheiro, dentro da maior facilidade possível; reivindicar financiamentos com as garantias mais reduzidas e com as taxas de juros e de encargos mais baixos. Para isto é válido que ele use dos "loby", que procure o tráfego de influência, que questione, que pleiteie porque, como empresário, a sua meta é o trabalho, a produção e o lucro.

Já assim não se pode admitir a função do político. A este cabe zelar única e exclusivamente pela rigidez das normas que devem regular as concessões de financiamento, de créditos e vantagens que o Poder Público possa oferecer, no estímulo e desenvolvimento da produção ou do comércio, dentro do setor que constitua o programa político do Governo. A conduta do homem público responsável deve ser pautada por princípios de seriedade administrativa e de desinteresse pessoal. Não pode, sob pena de suspeição, ora se apresentar como um, ora como outro.

Por melhor que seja o prestidigitador, jamais ele consegue misturar as duas posições numa só pessoa: vestir no palco casaca do mágico e desempenhar as funções de responsabilidade oficial.

A um Secretário de Estado não se permitem passar das Arábias para os coelhos, do artesanato para as destilarias, tirando da cartola, na agilidade da prestigitação, contratos, dólares ou cruzeiros, que saem do povo, sem que ninguém saiba para onde eles irão e, a quem beneficiarão.

O Governador José Richa, dono do espetáculo, assiste perplexo, de olhos fixos, os malabarismos do seu Secretário, sem conseguir enxergar o fundo da cartola, pois o Sr. Simeão conta como certo, tranqüilamente, que, como diz o mágico, "quem mais olha menos vê".